

O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação

Henry Pôncio Cruz de Oliveira*

Mirian de Albuquerque Aquino**

Resumo O estado permanente de aprendizagem é uma característica da sociedade da aprendizagem e nela a informação e o conhecimento ocupam uma posição de centralidade nas diversas relações sociais, inclusive no contexto das relações etnicorraciais. A Ciência da Informação (CI) é um campo científico interdisciplinar que pode contribuir para a compreensão das relações entre informação, raça e etnia, em função da redução do preconceito racial, discriminações e racismos. A partir da revisão bibliográfica constatamos a não existência do conceito de informação étnico-racial. Este deste trabalho objetiva apresentar a construção do conceito de informação étnico-racial a partir da Teoria do Conceito da pesquisadora alemã Dalbergh.

Palavras-chave Sociedade da Aprendizagem. Ciência da Informação. Informação étnico-racial. Conceito. Teoria do conceito.

The concept of ethnic-racial information in Information Science

Abstract Permanent learning is a characteristic of the learning society. In this field, information and knowledge occupy a position of centrality in the different social relations, including relations racial and ethnic. The Information Science (CI) is an interdisciplinary science that can contribute to the understanding the relationships between information, race and ethnicity, and reduce racial prejudice, discrimination and racism. In the literature review did not find the concept of information racial and ethnic. This paper aims to present this building of the concept of information racial and ethnic based on the Theory of Concept.

Keywords Learning Society. Information Science. Information etnico-racial. Concept. Theory of concept.

* Universidade Federal do Ceará (UFC). Rua Amália Xavier, 220, Residencial Timabaúbas, ap 605, Bairro:Triângulo. 63041-230 - Juazeiro do Norte- CE. Tel: 031(88) 8815-5166. Email: henry.poncio@gmail.com.

** Professora Associada 3 do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Rua Tabelaio José Ramalho leite, 1212/103, Ed, Costa Brava – Cabo Branco, 58.045-230 - João Pessoa-PB. Tel: (83) 3216-7395/7264. E-mail: miriabu@gmail.com.

Introdução

Na sociedade da aprendizagem, onde os sujeitos devem estar em estado de aprendizagem, a informação e o conhecimento ocupam uma posição de centralidade nas diversas relações sociais, inclusive no contexto das relações etnicorraciais de modo que, nesse arranjo de sociedade, a Ciência da Informação (CI), reconhecida como um campo interdisciplinar de investigação científica, muito pode contribuir para a compreensão das relações entre informação, raça e etnia, imbricadas na possibilidade de redução dos conflitos existentes nas relações sociais, visando à recusa às “novas formas de preconceito racial” (CAMINO et al., 2001, p.15), discriminações e racismos.

Ao adentrarmos o campo conceitual da informação, nos deparamos com um aspecto imprescindível para o sucesso de qualquer análise informacional: a polissemia. Dentre os diversos conceitos do termo informação, encontrados na literatura corrente, iremos adotar para este momento da discussão uma reflexão etimológica. Assim sendo, informação é oriunda do latim, *informare* que significa dar forma, ou aparência, por em forma, formar, criar, mas também, representar, criar uma idéia ou representação (ZEMAN, 1970). Este conceito, apesar de amplo, parece atender a nossa pretensão de empreender uma discussão sobre os contornos da CI como campo do conhecimento que se liga ao paradigma emergente.

Tal delineamento conceitual é necessário para que, empostado a partir de uma noção de informação, delimitemos o problema de pesquisa sobre o qual este estudo se debruçou. Destarte problematizamos: no campo da Ciência da Informação é possível encontrarmos uma estruturação conceitual que possa atender à demarcação de um terreno informacional que trate especificamente do recorte etnicorracial? Este problema de pesquisa se interliga com a estruturação da hipótese de que não há na área da CI a delimitação conceitual problematizada. Assim, este estudo objetiva a) averiguar se existe uma estruturação conceitual que demarque um terreno informacional que trate dos recortes etnicorraciais; e b) construir o conceito de informação etnicorracial.

Enfatizamos que este estudo faz parte de um processo dissertativo empreendido pelos autores no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, finalizado em 2010, tendo como base metodológica o “desenho hermenêutico-dialético” na

perspectiva da investigação qualitativa (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005, p. 85). Tal modelo é descrito inicialmente por Habermas (1987) e articulado a “bricolagem metodológica” (KINCHELOE; BERRY, 2007). Essa escolha é adequada ao estudo do fenômeno em pauta, posto que sintetiza os processos compreensivos e críticos. A hermenêutica é a busca da compreensão de sentido em que se dá a comunicação entre seres humanos, sendo a linguagem seu núcleo central. Essa abordagem trabalha com a comunicação da vida cotidiana e senso comum, partindo do pressuposto de que “o ser humano como ser histórico e finito complementa-se por meio da comunicação; sua linguagem também é limitada, ocupando um ponto no tempo e no espaço; por isso é preciso compreender também seu contexto e sua cultura” (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005, p. 88). Remetendo-nos ao estudo em pauta, para acatar o primeiro objetivo que é investigar se há, na CI, um conceito de informação que demarque os recortes etnicorraciais, pautamo-nos numa pesquisa de cunho bibliográfico, elaborada a partir de material já organizado. As obras abrangeram o idioma português e inglês e compreenderam fontes de informação primárias, secundárias, terciárias e especializadas (dicionários, livros, periódicos e outras fontes impressas, magnéticas e eletrônicas), acessíveis em bibliotecas físicas e digitais, tendo como principais fontes de consulta o Portal de Periódicos Capes, IBICT, Scielo e Prossiga (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Para cumprir o segundo objetivo, de construir o conceito de informação etnicorracial, recorreremos essencialmente à Teoria do Conceito da pesquisadora alemã Dalbergh (1970).

A ciência da informação como campo de investigação científica

A CI é um campo que se interconecta historicamente com diversos eventos. Nessa direção, Freire (2006) aponta para a contribuição da Utopia Planetária de Otlet e La Fontaine como a origem para a CI, e destaca a contribuição de Otlet na expansão do conceito de documento para uma gama de produtos informacionais que surgem com a revolução industrial. Diversos autores afirmam que o marco oficial da denominação CI data do início da década de 1960 a partir de eventos promovidos pelo Georgia Institute of Technology nos Estados Unidos. Nesses eventos, cientistas, escritores e filósofos debateram a criação de tecnologias de informação como consequência natural do crescimento da produção científica que redundou na multiplicação dos periódicos científicos (FREIRE, 2006).

A primeira tentativa de formalizar o conceito do que seria a CI, enquanto campo de investigação surgiu como resultado das conferências do Georgia Institute of Technology¹, realizadas entre 1961 e 1962. Nesse momento autores como Shera e Cleveland vão conceber essa área de conhecimento como “a ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para uma acessibilidade e usabilidade ótimas” (SHERA; CLEVELAND, 1977, p. 265), atentando para os processos de disseminação, coleta, organização, recuperação, interpretação e uso da informação e suas relações interdisciplinares com disciplinas tais como a matemática, a lógica, a lingüística, a psicologia, a tecnologia da computação, a pesquisa operacional, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a administração, dentre outros campos.

Porém, essa concepção de CI não se estagna na visão de Shera e Cleveland posto que Harold Borko, em 1968, produziu uma ampliação conceitual da proposta do evento da Georgia Tech, ressaltando suas características tanto de ciência pura como de ciência aplicada. O que diferenciará da primeira parte da definição é a transmissão da informação e o detalhamento das funções das tecnologias. Isso inclui “a investigação da representação da informação nos sistemas naturais e artificiais, o uso de códigos para a transmissão eficiente de mensagem e o estudo dos dispositivos e técnicas de processamento de informação, tais como computadores e seus sistemas” (BORKO, 1968, p. 3).

Borko ainda discute que, por meio da pluralidade de conceitos que cercam o objeto de estudo da CI, podemos perceber uma gama de funções para este campo científico. Recorrendo a uma definição clássica da CI como disciplina, sua função é fornecer um corpo para a informação que levará a melhoria em várias instituições e procedimentos dedicados à acumulação e a transmissão do conhecimento (BORKO, 1968).

Tecendo a evolução da concepção de CI, Saracevic (1996) define a CI como um campo que se debruça sobre questões científicas e à prática profissional para resolver problemas da comunicação e registro do conhecimento entre os seres humanos em diversos contextos relacionados ao uso e às necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas, com interesse particular, as vantagens das modernas tecnologias informacionais.

Ao caracterizar a CI, Saracevic (1996) a considera como um campo científico com três características fundamentais: a interdisciplinaridade, a ligação inexorável com as tecnologias

¹ Ou simplesmente “Georgia Tech”

informacionais e a participação ativa e deliberada na sociedade da informação. Para aprofundar a caracterização da CI, apontada por Saracevic, recorreremos a Leis (2005, p. 3) para quem a interdisciplinaridade “pode ser entendida como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea [e] definida como um ponto de cruzamento entre atividades com lógicas diferentes, com o objetivo de minimizar análises fragmentadas e sínteses simplificadoras”.

Com base na reflexão de Saracevic (1996) e na conceituação proposta por Leis (2005), podemos dizer que a CI é per se um campo interdisciplinar, pois há um diálogo constante com diversas áreas do conhecimento como computação, biblioteconomia, comunicação, administração, psicologia, linguística e outras como a sociologia e a antropologia. Esse diálogo não enfraquece enquanto disciplina, mas permite ampliar seu escopo para melhor investigar seu objeto: a informação, minimizando análises fragmentadas e as sínteses reducionistas.

Preliminarmente, Borko (1968) reconheceu a CI como uma ciência interdisciplinar que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que as governam, o fluxo e o uso da informação, as suas técnicas, manuais e mecânicas, com a finalidade de processar a informação, de fácil armazenamento, recuperação e disseminação. Entretanto, devemos a Saracevic (1996, p. 42) a explicitação de que as relações da CI com a tecnologia e seu papel decisivo na sociedade da informação têm a ver com o ‘imperativo tecnológico’ que determina a CI igualmente como ocorre em outros campos. Ele alerta-nos que a sua força de tecnologia “está impondo a transformação da sociedade moderna em sociedade da informação, era da informação ou sociedade pós-industrial”.

No Brasil, alguns estudiosos da CI têm escrito sobre as questões relacionadas à epistemologia, às teorias e metodologias próprias da CI. É este ponto que talvez melhor demarque a CI como uma ciência pertencente ao paradigma emergente ou à pós-modernidade. Para esclarecer esta afirmação, Pinheiro (2005, p. 38) argumenta que as singularidades próprias do objeto de estudo da CI são dotadas de acentuado grau de abstração e complexidade, as quais estão associadas à subjetividade que perpassa o ciclo de transferência da informação, sendo este compreendido como geração de conhecimento e sua subsequente representação em informação, a qual, por sua vez, deve ser organizada, processada, recuperada, disseminada, disponibilizada e utilizada a partir de um ininterrupto processo - moto contínuo.

As críticas que lhe são feitas como disciplina científica, de fragilidade conceitual e teórica aos resultados de aplicações de leis, parecem responder a exigências naturalistas e positivistas anacrônicas e inadequadas à natureza da CI. Neste estudo refutamos a fragilidade conceitual assinalada à CI e corroboramos que há um sério e fértil empreendimento teórico e clara evolução de conceitos, princípios, hipóteses e métodos, que já se constituem essenciais para elaboração de conceitos-chave aplicados aos sistemas de informação. Mas, por outro lado, constatamos que esse processo ainda se aloca num estágio incipiente das teorias ou quase-teorias que necessitam de certo intervalo de tempo para se constituírem.

Com base nas colocações de Pinheiro (2005), as exigências de adequação ao paradigma moderno para recebimento do status de ciência moderna não podem ser concretizadas no campo da CI. Tal realidade não a torna uma ciência menor ou uma não-ciência, mas permite pensar o seu encaixe dentro do paradigma emergente ou paradigma da pós-modernidade. Dentro da CI, o diálogo interdisciplinar com teorias e metodologias de outras disciplinas no processo de investigação da informação nos diversos campos do conhecimento não fragiliza essa ciência, mas a lança para dentro dos pressupostos de valorização da diversidade de diálogos, relações, níveis e campos do conhecimento.

Na interação com Gonzalez de Gomez (2000), encontramos argumentos sobre um caráter poli-epistemológico da CI. Esta autora argumenta que a metodologia da CI deve dar conta desse aspecto poliepistemológico fazendo associação à fluidez do termo informação como fenômeno, processo ou construção vinculado a diversos extratos de realização. Esse aspecto poliepistemológico traz a contribuição de Capurro (2003) quando este autor afirma que esse campo de conhecimento é marcado por três paradigmas distintos, que não se excluem nem se extinguem no processo histórico da CI. Segundo Capurro, eles aparecem com mais ou menos força em determinados momentos históricos e diante de determinados campos de estudos da informação. Esses paradigmas distintos estão fundamentados por posturas teóricas e metodológicas também distintas e assim se constituem epistemologicamente de forma plural.

Para debater as estruturas paradigmáticas que nortearam diretamente a CI no seu transcurso histórico e científico, recorreremos novamente a Capurro (2007, p. 3) que assim se posiciona: “Minha tese é que a CI nasce em meados do século XX com um paradigma físico, questionado por um enfoque cognitivo idealista e individualista, sendo este por sua vez substituído por um paradigma pragmático e social”.

Na sua visão, a CI inicia-se com uma teoria de Recuperação de Informação fundamentada numa epistemologia fisicista. No tocante à informação, o paradigma fisicista postula que há algo, um objeto físico, que o emissor transmite ao receptor. Esse paradigma é tomado como modelo em CI, o que resulta na analogia entre a veiculação física de um sinal e a transmissão de uma mensagem. A principal crítica feita a esse paradigma é a exclusão do papel ativo do sujeito cognoscente, ou seja, o usuário no processo de recuperação da informação científica. Contextualmente, é o paradigma físico que adéqua a CI aos padrões da ciência moderna por meio da objetividade com que a informação é tratada como objeto de investigação científica.

Em contraposição ao paradigma físico, surge o paradigma cognitivo. A priori, a CI está relacionada aos suportes físicos do conhecimento, mas na verdade, sua meta é a recuperação da própria informação, ou seja, o conteúdo informacional. É esse entendimento que influencia diretamente o paradigma cognitivo proposto por Brookes (1980) que dialoga com a teoria dos 3 mundos de Popper para fundamentar este paradigma. Brookes elege o 3º mundo de Popper como sendo um mundo de ‘objetos inteligíveis’, ou também, ‘conhecimento sem sujeito cognoscente’, o mundo dos cientistas da Informação. Ressaltamos ainda a contribuição de Farradane (1980, p. 75) que mostra que grande parte da área da CI é cognitiva, isto é, “trata com processos de pensamento, uma das mais difíceis áreas de investigação”.

Ainda discutindo os paradigmas da CI, destacamos o surgimento do paradigma social, cuja postura crítica evidencia os limites do paradigma cognitivo. Para os cognitivistas, a informação é entendida como algo separado do usuário e depositada num mundo numênico, o terceiro mundo de Popper. É o estudioso Frohmann (1995) que faz uma severa crítica ao paradigma cognitivo quando o considera idealista e associal. No paradigma social, o avanço fundamental ocorre em relação ao objeto de investigação da CI, que é ampliado para o estudo das relações entre os discursos, áreas do conhecimento e documentos em relação ao acesso de distintas comunidades de usuários.

Dentro do paradigma social, as questões relativas à diversidade cultural e humana e igualmente às questões etnicorraciais, passam a ser preocupação da CI enquanto disciplina. O acesso e uso dos dispositivos informacionais por todos os grupos e culturas, inclusive os grupos historicamente desprivilegiados e socialmente vulneráveis, podem ser estudados no âmbito da CI para que, por meio da pesquisa científica, seja possível produzir conhecimentos relevantes para a melhoria das relações humanas na sociedade da aprendizagem.

Abordagens teóricas e conceituais da informação e do conhecimento

A trama argumentativa necessária à abordagem desse eixo parte de uma reflexão sobre uma representação do conhecimento, que se articule a um diálogo interdisciplinar, priorize os fundamentos teóricos da CI e desenhe um cenário de possibilidades conceituais acerca da informação com o objetivo de averiguar se existe uma estruturação de conceitos apropriados para atender à demarcação de um terreno informacional, voltada para o recorte etnicorracial e possa, posteriormente, discutir e contribuir para a construção do conceito de informação etnicorracial.

Sequencialmente, com o intuito de aprofundar a discussão, recorreremos à argumentação filosófica proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari e caminharemos pela Teoria do Conceito de Dahlberg para fundamentar teoricamente a atividade de delimitação conceitual e, por fim, demarcaremos a proposta de um conceito de informação etnicorracial que fomenta estudos e pesquisas na CI.

Pensar abordagens teóricas e conceituais exigiu-nos refletir sobre as atividades representacionais. É Gonzalez de Gomez (1993) que traz uma discussão epistemológica em relação à “representação do conhecimento” e ao “conhecimento da representação”. Essa autora destaca que a “representação” não consiste numa dimensão necessária da relação gnosiológica do homem com o mundo, mas em um constructo sociocultural feito nas relações dos homens com outros homens. Essa autora destaca que o conhecimento na sociedade ocidental é relação do pensamento com o real e pode ser visualizado por três ângulos: o do caráter ontológico do conhecimento dissociado do ato de representar; o que entende que conhecer é representar, ou seja, o solo do conhecimento é a consciência; e o entendimento de que o representado se manifeste como autônomo, independente do sujeito e do objeto do conhecimento. Nessa linha de pensamento, o solo do conhecimento é a linguagem.

Aprofundando o momento ontológico do conhecimento e recorrendo à filosofia platonista, a autora destaca que o saber é de domínio da intuição e se dá numa relação interior, ontológica e não representacional. Neste sentido, o saber não advém da competência lógica ou das faculdades de representar, mas da passiva abertura do ser. É uma teoria dualista que subordina as idéias ou formas do fundamento aos objetos da experiência cotidiano. Ainda pisando no campo ontológico, temos Aristóteles que redefine a relação do pensamento com o real de modo que o

logos é o novo locus da verdade e a relação predicativa começa a prevalecer sobre a relação ontológica².

Situando-se em outra rede epistemológica de análise, González de Gomez (1993) discute o momento gnosiológico e o caracteriza como marcado pela ascensão dos paradigmas modernos que rompe com a noção de unidade cristã, espiritual e ontoteológica. Segundo a autora, o homem começa a produzir saberes baseados na unidade da consciência, representação e na construção experimental e documentária da prova. Nessa conjuntura, o conhecimento começa a ser tratado como representação e o signo é o instrumento dessa representação. A modernidade inventa um homem que vive a experiência da contingência, da responsabilidade sobre si, do individualismo. O pensamento gnosiológico cartesiano remete a existência humana ao ato de pensar e representar a experiência cotidiana de maneira organizada e organizadora por meio de uma colcha de idéias-significados.

Estes argumentos são defendidos pela autora que se apóia na contribuição da compreensão de John Locke (1956) acerca do conhecimento representacional produzido pela experiência dando destaque ao signo, em sua função cognitiva que, associado à representação, produz o conhecimento sempre a posteriori. Em Locke, o homem organiza a experiência e o signo além de configurar o intelecto social; constrói um mundo (GONZALEZ DE GOMEZ, 1993).

Numa outra direção da contextura argumentativa, Gonzalez de Gomez (1993) navega pelo idealismo kantiano, que entende a representação como uma construção e o conhecimento como um ato. Neste sentido, o sujeito organiza a experiência do mundo como fenômeno no campo da representação. Ela vai esclarecer que, em Kant (1991), o conhecimento relaciona-se com o objeto, como representação, e com o sujeito através da consciência. A consciência é condição para o conhecimento que pressupõe sempre uma representação, mas a representação não é o conhecimento. Após desenvolver o pensamento kantiano em relação ao conhecimento, a autora refere-se à virada semiótica de Pierce, segundo a qual o signo é o real solo do conhecimento e em seu interior acontecerão o conhecimento e a comunicação.

A delimitação conceitual que estamos propondo aqui parece se fundamentar na necessidade de delinear os contornos das relações entre coisas³ e palavras. Dialogando com Foucault (1992, p.

² Para Gonzalez de Gomez (1993), na filosofia grega é possível generalizar que o todo (formado pela relação predicativa) é sustentado por uma estrutura ontológica. Já na filosofia moderna, o todo que sustenta a relação predicativa, é de natureza gnosiológica.

69) encontramos uma discussão sobre uma descontinuidade observada e acolhida empiricamente de modo que “uma cultura deixa de pensar como fizera até então e se põe a pensar outra coisa e de outro modo”. É justamente esse contexto que é explicitado neste estudo, sob a pretensão de criar, no domínio disciplinar da CI, um conceito de informação etnicorracial que se respalda empiricamente em um descontínuo criado entre antigos (porém resistentes) e novos conhecimentos registrados e disseminados em relação ao sujeito negro, sua história e sua cultura.

Advinda a necessidade de aprofundar estes argumentos, deparamo-nos com a *épistémè*, conceito fundamental no livro “As palavras e as coisas”, no qual é reconhecido como um termo nuclear da filosofia grega antiga que significa “saber”, “conhecimento”. Nele Foucault traz reflexões de Michel sobre a constituição do discurso, nunca visto por ele como um termo para uma forma particular de conhecimento, mas como o conjunto das relações epistemológicas entre as ciências humanas. Nesse sentido, a contribuição de Candiotti (2009, p. 17) é interessante quando esse autor afirma que “as condições históricas, a partir das quais filosofias e saberes empíricos, científicos ou não, são apreensíveis ao conhecimento”. Ele aponta para uma rede aberta na qual se dão relações recíprocas entre as “múltiplas discursividades”. E, buscando o argumento foucaultiano, ele ressalta que numa “cultura específica e numa determinada época, há somente uma *épistémè*” (CANDIOTTO, 2009, p. 17).

Foucault (1992) desenvolve uma discussão sobre a simultaneidade das regras de formação dos saberes empíricos e filosofias que constituirão as ciências humanas e afirma que no renascimento (séc. XVI) é a “semelhança” entre coisas e palavras que fundamenta o conhecimento. Para esse filósofo, o *signo* é uma figura do mundo e o marca com conexões sólidas e secretas da semelhança ou da afinidade. Na Idade Clássica (séc. XVII e XVIII) triunfa a *épistémè* da “representação”, desde o alvorecer do classicismo exclui-se a semelhança como experiência fundamental e forma primeira do saber, pois há uma ordem do discurso que elege a representação como modo de conhecer os saberes empíricos e o pensamento filosófico; e, na Modernidade (séc. XIX e XX), sobressai-se a *épistémè* da História, com a emersão de novos

³ Segundo o Dicionário Básico de Filosofia de Japiassú e Marcondes (2006), coisa é um termo de origem latina e significa causa. É tudo aquilo que possui uma existência individual e concreta. Sinônimo de objeto, portanto realidade objetiva, isto é, independente da representação. Nesse sentido, a coisa se opõe à idéia. Em Descartes, a coisa é sinônimo de substância, de algo que existe por si mesmo. Em Kant, a coisa em si designa aquilo que existe independente-mente do espírito e do conhecimento que este tem dela, sendo em si mesma incognoscível. Ele a denomina *númeno*.

domínios: a linguagem, a vida e o trabalho; orientados respectivamente pela filologia, biologia e economia (CANDIOTTO, 2009).

Os argumentos mencionados servem para acomodar algumas considerações fundamentais sobre a informação etnicorracial que, como delimitação conceitual, pretende demarcar um conjunto de registros do conhecimento, inscritos em diversos suportes, com potencial de favorecer significados específicos para relações históricas, culturais e sociais também específicas. Mas este exercício de delimitação é necessariamente um exercício representacional e à medida que recortamos, separamos e rotulamos determinado conjunto de informações sob a égide de atender alguma especificidade social, histórica e cultural, estamos dizendo que esse recorte representa essa especificidade e esta representação é extrapolada pela linguagem e pelas possibilidades diversas de sentido que os interlocutores podem dar ao discurso registrado sob a faceta informacional.

Antes de fazer qualquer argumentação específica sobre a informação com recorte etnicorracial, discutiremos o termo “informação“, reconhecendo sua característica polissêmica. Na interação com Gonzalez de Gomez (1993), contextualizamos que os estudos referentes à informação constituem-se no paradigma cultural do ocidente com uma centralidade nas questões cognitivas, dualizadas nas tendências à globalização (expansão da ionosfera tecnológica) e nas tendências à segmentação (processos de especialização e fragmentação).

Essa autora discute o cenário contemporâneo de busca pela informação, que gera a expansão dos mercados de informação e as mega-esferas eletrônicas, e associa tal cenário a reformulação da questão iluminista dos públicos de conhecimento e da cultura. A pretensão de globalização nos mercados de informação pressupõe a institucionalização dos modelos racionais. Nessa configuração, a cultura local, os estilos de conhecimento, as representações coletivas e a estética são objetos repensados tendo como referência os modelos analíticos, descritivos, relacionais, construtivistas, objetivando visualizar o papel dos atores no processo de comunicação e informação.

Após as considerações aqui feitas, avançaremos na abordagem interdisciplinar privilegiando as posturas conceituais colhidas no campo da CI e elencaremos, com base na revisão da literatura, uma série de conceitos de informação no intuito de averiguar, de forma crítica, se algum trabalho da área já contempla a especificidade conceitual de informação que estamos propondo neste estudo.

Compreendendo a trama de conceitos

Na escrita deste texto, argumentamos sobre a análise etimológica do termo informação quando tratamos da informação como objeto de investigação e situamos esse exercício no campo da CI. Neste momento, estabelecemos um colóquio com Zeman (1970) destacando as raízes latinas da informação que remetem para significados relativos à representação, criação de idéias ou noções para dar forma a algo. Incluindo-se nessa discussão, Pinheiro (2004) assevera que a primeira proposta etimológica (dar forma, ou aparência, por em forma, formar, criar) é uma definição aberta e a segunda proposta (representar, criar uma idéia ou representação) é suficientemente delimitada às diferentes aplicações da área da CI. Porém, a noção de informação acolhida por Pinheiro como adequada à CI é muito abrangente para delimitar satisfatoriamente o recorte etnicorracial.

Retornando ao diálogo com Zeman (1970) percebemos que a informação inclui nessa construção termos relacionados à organização, representação, conservação, classificação, criação ou geração, afirmando a capacidade de a informação atingir qualidades elevadas:

[...] qualidade da realidade material de ser organizada (o que representa, igualmente, a qualidade de conservar este estado organizado) e sua capacidade de organizar, de classificar um sistema, de criar (o que constitui, igualmente, sua capacidade de desenvolver a organização). É, juntamente com o espaço, o tempo e o movimento, uma outra forma fundamental de existência da matéria - é a qualidade de evolução, a capacidade de atingir qualidades superiores. Não é um princípio que existiria fora da matéria e independentemente dela (como são, por exemplo, o princípio idealista da entidade ou o termo da “entelequia”) e sim inerente a ela, inseparável dela. (ZEMAN, 1970, p. 157)

Em outra linha de análise, a Teoria da Informação teve impactos em diversos campos, entre os quais podemos destacar a Biblioteconomia, a Documentação e a CI. Nessa perspectiva teórica, a informação pode ser definida e medida dentro de níveis de precisão (CAPURRO; HJØRLAND, 2007). Esta teoria, cujo principal representante é Claude Shannon, se contextualiza nos eventos não-humanos (WERSIG, 1996) e define informação como:

O que acrescenta algo a uma representação [...] Recebemos informação quando o que conhecemos se modifica. Informação é aquilo que logicamente justifica alteração ou reforço de uma representação ou estado de coisas. As representações podem ser explicitadas como num mapa ou proposição, ou implícitas como no estado de atividade orientada para um objetivo do receptor. (SHANNON; WEAVER, 1949, p. 3)

Para Wersig (1996), já destacado neste estudo, a teoria de Shannon bem como qualquer concepção de informação a ela associada não é adequada para sustentar uma delimitação conceitual que trate das questões etnicorraciais, visto que a própria teoria de Shannon não contempla eventos humanos.

No Web Dictionary of Cybernetics and Systems, a informação é descrita como: a) that which reduces uncertainty; e b) that which changes us (HEYLIGHEN; JOSLYN; TURCHIN, 1996). Tais autores estão dialogando respectivamente com Claude Shannon⁴ quando se refere à redução da incerteza e Gregory Bateson⁵ quando se refere à capacidade que a informação tem de produzir uma modificação mediante a comunicação. Estas tentativas de conceituação também não contemplam as questões sociais, históricas e culturais, necessárias para a reflexão da informação etnicorracial.

Neste estudo, também já tratamos dos paradigmas da CI, propostos e discutidos por Capurro (2003). A partir de então, refletiremos sobre o paradigma cognitivo que traz relevante contribuição para a área da CI, sobretudo a partir da obra de Brookes (1980) que relaciona de forma intercambiável a informação e o conhecimento por intermédio da pseudo fórmula matemática: $K[S] + \blacktriangle I = K[S + \blacktriangle S]$, Onde: $K[S]$ – Estrutura de conhecimento, $\blacktriangle I$ – Informação, $\blacktriangle S$ – Efeitos da modificação e $K[S + \blacktriangle S]$ – Nova estrutura modificada. Essa expressão indica que um estado inicial de conhecimento ($K[S]$) associado a uma informação disponível ($\blacktriangle I$) produz um estado final de conhecimento ($K[S + \blacktriangle S]$), devidamente alterado pelo efeito informacional. Esta análise nos permite entender que o cognitivismo se propõe a conferir à CI os mesmos princípios das ciências naturais, reafirmando a objetividade e neutralidade nas ciências exatas, para negar seu caráter de pertencimento ao grupo de Ciências Sociais Aplicadas.

⁴ Engenheiro e matemático. É considerado o fundador da teoria da informação.

⁵ Epistemólogo da comunicação.

Na obra de Brookes (1980) encontramos uma tentativa de captar princípios teóricos para CI que se aproximam de Karl Popper ao argumentar que a ciência não está envolvida com a verdade (em seu sentido absoluto), mas se coloca na tentativa de ampliar nosso conhecimento do mundo exterior pelas falsas correntes teóricas, mais do que pela verificação delas (falseamento). Neste percurso, Brookes associa as relações ontológicas dos 3 mundos de Popper ao campo da CI, de modo que os cientistas naturais e tecnólogos exploram e tiram vantagem do Mundo 1 e depositam seus arquivos e artefatos no Mundo 3 puramente práticos; matemáticos puros criam abstrações e trabalham as inter-relações, sem incluir o Mundo 3 e, depois, eles também depositam seus arquivos no Mundo 3.

É nessa direção que os bibliotecários, os arquivistas, os museólogos e os cientistas da informação trabalham para a organização dos arquivos do Mundo 3, a fim de que os usuários tenham acesso e usem a informação organizada. Desse modo, a CI tem a atividade teórica de estudar as inter-relações entre os Mundos 2 e 3, para descrever e explicar se estes mundos ajudam na organização do conhecimento, mais do que na organização de documentos (BROOKES, 1980).

Em outra abordagem, a informação é vista como coisa, trata-se de uma consideração objetiva da informação que é pensada por Buckland (1991) e que, de forma pragmática, define três principais usos do termo informação: a) como processo, a informação refere-se ao ato de informar ou à comunicação do conhecimento ou notícias sobre um fato ou ocorrência; b) como “conhecimento”, diz respeito ao que é percebido pela informação como processo; o conhecimento comunicado tem como principal característica a intangibilidade; c) como “coisa”, seria aquilo que é visto como informativo: objetos, documentos, textos, dados ou eventos – ao contrário da informação como conhecimento, tem a característica de ser tangível. Esse modo de entender a informação não parece ser adequado, visto que os argumentos não avançam para considerar as questões sociais, culturais e históricas e etnicorraciais.

As abordagens centradas nos domínios da documentação enfocam a possibilidade de transmissão da informação e os suportes como tentativa de perenizar a informação. Embora essas abordagens pareçam ser coerentes não são suficientemente adequadas para sustentar a delimitação conceitual proposta neste estudo. Nesse caso, temos o Harrod's librarian's glossary of terms used in librarianship, documentation and the book crafts que define a informação como “um conjunto de dados organizados de forma compreensível em papel ou em outro meio e suscetível de ser comunicado” (PRYTHERCH, 1990). PÁGINA??

No Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation a informação é vista como o “registro de conhecimentos para sua transmissão. Essa finalidade da informação, considerada por Cacaly (1997) e mencionada por Robredo (2003), implica que os conhecimentos sejam inscritos em suportes, objetivando sua conservação, e codificados, toda representação sendo simbólica por natureza”. Também o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, registra que a informação é todo “elemento referencial, noção, idéia ou mensagem contidos num documento” (BRASIL, 2005^a, p. 107)

Robredo (2003, p. 2) destaca a contribuição do Dicionário de Terminologia Arquivística:

“[...] parece aproximar-se desta definição a de dado (representação de factos, conceitos ou instruções, de um modo convencional e adequado à comunicação, interpretação ou tratamento por meios humanos ou automáticos), tomado expressamente como sinônimos de informação”.

Tomando como base um referencial organizacional, Oliveira (1997) diferencia informação e dado. Para este autor, “dado é qualquer elemento identificado em sua forma bruta que por si só não conduz a uma compreensão de determinado fato ou situação. A informação é o dado que permite tomar decisões. Nessa relação entre dado e informação, Hayes (1986, p. 25) apresenta a seguinte definição:

Informação é uma propriedade dos dados resultante de ou produzida por um processo realizado sobre os dados. O processo pode ser simplesmente a transmissão de dados (em cujos casos são aplicáveis a definição e medida utilizadas na teoria da comunicação); pode ser a seleção de dados; pode ser a organização de dados; pode ser a análise de dados.

O ponto de vista de Oliveira (1997), imbricando a informação à tomada de decisões e a análise de Hayes (1986) acerca da informação intrínseca aos dados, merece a mesma crítica tecida às diversas conceituações anteriormente propostas. Essas abordagens não avançam em direção à historicidade dos sujeitos, bem como seus condicionamentos culturais. Já Wilden (2001), como comentou Robredo (2003, p. 4), assevera que a informação não é algo desprovido de sentido nem está aprisionado a uma única forma de representação, mas apresenta-se-nos em estruturas, formas, modelos, Figuras e conFigurações, em idéias, ideais, e ídolos; em índices, imagens e ícones, no comercio e na mercadoria; em continuidade e descontinuidade; em sinais, signos, significantes e símbolos; em gesto, posições e conteúdos; em freqüência, entonações, ritmos e

inflexões; em presenças e ausências; em palavras, em ações e em silêncios; em visões e silogismos. É a organização da própria variedade.

Conforme percebemos, o entendimento de Wilden (2001) acerca da informação é subjacente ao paradigma cognitivo e, neste estudo, já argumentamos a inadequação de qualquer possibilidade conceitual baseada neste paradigma. Entretanto, essa discussão é necessária por conceituar a informação considerando aspectos subjetivos e discursivos. Por sua vez, Ruyer (1972, p. 3) distingue a informação acostando-a a dois sentidos: o usual e o habitual.

A palavra 'informação', em seu sentido usual, parece comportar, necessariamente, um elemento de consciência e de sentido. “[...] A informação, no sentido habitual do termo, é a transmissão a um ser consciente de uma significação, de uma noção, por meio de uma mensagem com base em um suporte espaço-temporal: imprensa, mensagem telefônica, onda sonora, etc.”

Numa revisão da literatura atualizada, Capurro e Hjørland (2007) empreendem uma discussão sobre a contribuição da análise de domínio segundo a qual um objeto é informação em relação à divisão social do trabalho na sociedade. Corroborando com essa análise, Marteleto e Nascimento (2004) situam a análise de domínio (domain analysis) dentro do paradigma social da CI proposto por Hjørland (1997, 2002). Elas partem do pressuposto de que o estudo dos domínios de conhecimento, quando relacionados com suas comunidades discursivas (discourse communities), parece ser a melhor maneira de se entender a informação na CI, visto que se associa às dimensões culturais, sociais e históricas.

Entretanto, entendemos que o conceito de informação mais apropriado para o presente estudo compreende o significado da informação “somente em um contexto sociocultural e na perspectiva histórica considerando a linguagem, porque é o comportamento social humano que determina o conceito de seu significado” (BRIER, 1992). Esse conceito recobre o pressuposto norteador do pensamento deste autor como uma contribuição visível na Conferência de Tampere em 1991, realizada na Finlândia. Neste itinerário, o comentário de Capurro e Hjørland (2007) a respeito da versatilidade da informação é pertinente porque esses autores consideram que a informação está imersa numa esfera política e enfatizam que definir a informação é uma questão política.

Diferentes pontos de vista, de autores aqui utilizados, indicam que há na CI e nas áreas correlatas, uma diversidade de conceitos acerca da informação, resultando uma tensão em relação às abordagens objetivas e subjetivas. Os argumentos e os recortes conceituais trazidos

neste texto evidenciam a necessidade de se desenvolver uma delimitação conceitual específica para a informação que seja adequada ao estudo com recorte etnicorracial, posto que, de acordo com a revisão da literatura da área, ainda não foi desenvolvida uma delimitação conceitual que possibilite uma compreensão adequada desse fenômeno.

Por uma informação etnicorracial

O estudo em desenvolvimento pretende fazer uma delimitação que remeta ao que estamos denominando informação etnicorracial na sistematização da produção do conhecimento científico. Mas é necessário contornar aquilo que é, neste estudo, entendido como conceito. Nesse sentido, a contribuição de Wilson (2001), em sua obra ‘Pensar Conceitos’, é fundamental. Este autor discute a análise conceitual e, a certa altura do texto, explicita o que seria um conceito. Para isso, o autor reflete que sua trama argumentativa expressa quase no âmbito da sinonímia: conceito e significado. Porém, há distinção entre os termos conceito e significado, apesar de estarem estreitamente vinculados. Para Wilson (2001, p 52):

[...] não há – rigorosamente falando - “o” significado de uma palavra, tampouco “o” conceito de um objeto. Quando falamos – numa espécie de linguagem taquigráfica – sobre “o” significado de uma palavra, nos referimos aos elementos significativos que aparecem nos numerosos e variados usos da palavra e que a tornam compreensível. Do mesmo modo, quando falamos sobre “o” conceito de um objeto, nos referimos quase sempre, abreviadamente, a todos os diferentes conceitos daquele objeto que os indivíduos tenham, na medida que todos coincidam.

O uso que fazemos de uma palavra e a compreensão que temos dela estão imbricados ao conceito que temos de um objeto, e esse fenômeno é contextual, depende de um referencial espacial, temporal e cultural. Nessa tentativa de especificar o que é um conceito, Wilson (2001) admite que a resposta está impregnada de certo grau de arbitrariedade posto que, se expandirmos essa colocação, veremos que toda e qualquer atividade de interpretação, categorização ou, neste caso específico, conceituação, é arbitrária.

Para o autor, falando objetivamente, um conceito pode ser considerado como o processo de significação dos objetos por meio das palavras, estruturados de maneira lógica e psicológica,

cujos limites se contornam numa linha extremamente tênue. Os aspectos lógicos de um conceito em suas limitações e aplicações podem ser analisados do ponto de vista linguístico e de modo que “o uso e o entendimento da linguagem servem, ao mesmo tempo, como guias para a formação de conceitos e como testes de conceitos já formados” (WILSON, 2001, p. 35). Os aspectos psicológicos de um conceito dizem respeito ao componente subjetivo, inerente ao sujeito que cria ou interpreta, ou ainda, “interpreta quando cria⁶”, e o faz com base na sua história, cultura e laços espaços-temporais

Numa linha de discussão filosófica, Deleuze e Guattari (2004) argumentam sobre a inexistência de um conceito simples ou composto por um só componente, e aprofundam o pensamento dizendo que todo conceito tem componentes, e se define por eles. De modo que cada conceito é uma multiplicidade, embora nem toda multiplicidade seja conceitual. Estes autores entendem que todo conceito remete a um problema, e estes problemas dão sentido a um conceito que só pode ser isolado ou compreendido à medida que caminha para sua solução.

Na tentativa de elucidar a prática de construção conceitual, Deleuze e Guattari argumentam que, mesmo na filosofia não se criam conceitos, a não ser em função dos problemas localizados historicamente (DELEUZE; GUITARRI, 2004). É justamente essa compreensão que nos fez adotar, neste estudo, a expressão construção do conceito de informação etnicorracial, e não criação.

Entendemos também que a informação etnicorracial, mesmo sendo uma delimitação orientada pelo campo da CI, é um conceito que se fundamenta na historicidade dos elementos e que, de alguma forma, o constituem. Afinal, todo conceito tem uma história, ou seja, há um problema situado na história e na sociedade, que exige até certo ponto uma conceituação específica para que possa caminhar para a sua resolução. No caso deste estudo, o problema conceitual fundamenta-se nas relações etnicorraciais e na necessidade de disseminar e democratizar o acesso e uso da informação sobre os diversos grupos étnicos, especificamente os sujeitos afrodescendentes.

Nessa trilha de análise teórica da atividade de construção conceitual, deparamo-nos com a pesquisadora alemã Dahlberg (1978, p. 102) que postula: “o conceito é constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada” Essa articulação compiladora é realizada por

⁶ A expressão em destaque pelas aspas denota que toda atividade de criação conceitual é uma atividade de interpretação e por consequência, uma atividade representacional.

intermédio de um instrumento, ou seja, é a palavra ou qualquer signo que traduz e fixa essa compilação. A autora defende “o conceito como a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo lingüístico” (DAHLBERG, 1978, p. 102).

Doravante, alguns pressupostos da Teoria do Conceito de Dahlberg serão discutidos e aplicados a fim de construirmos o conceito de informação etnicorracial. Essa teoria mostra-se fundamentada num alto grau de objetividade, mas, em sua aplicação, mostraremos a quantidade de elementos subjetivos que surgem e são acoplados no processo de construção do conceito.

A Teoria do Conceito discute a distinção entre objetos individuais e objetos gerais que se diferenciam pela especificidade do objeto. Se o objeto for pensado como único, distinto dos demais, se visto como unidade inconfundível, situada no espaço e no tempo será um objeto individual. Se o objeto prescindir o condicionamento espaço-temporal e tiver um baixo grau de especificidade, será um objeto geral (DAHLBERG, 1978).

Envolvidos pela mediação linguística para construção da informação etnicorracial como objeto, podemos defini-la como objeto geral, pois nossa pretensão não é tratar de uma informação específica, mas abarcar o somatório de conjuntos de possibilidades informacionais com recorte etnicorracial. Se nosso objetivo fosse tratar conceitualmente um documento X, impresso e disseminado com textos da literatura africana num estado brasileiro Y, num período de tempo Z, estaríamos focando-nos num objeto individual. Mas nosso empreendimento objetiva delimitar toda e qualquer informação acerca das questões etnicorraciais, independente do tempo, espaço e suporte.

Os objetos individuais implicam conceitos individuais, os objetos gerais implicam conceitos gerais e é possível elaborar enunciados sobre ambos. São os enunciados que, ao serem elaborados, permitem a construção conceitual de modo que cada enunciado representa um elemento do conceito (DAHLBERG, 1978). Para dar conta dessa construção conceitual, elaboraremos uma série de enunciados que, articulados, poderão constituir um conceito geral de informação etnicorracial, sendo que alguns deles serão feitos em diálogo com os recortes da revisão da literatura e as questões da pesquisa, assim delineadas:

a informação etnicorracial é informação

é inscrita num suporte físico

os suportes físicos são diversos (tradicional ou digitais)

é passiva de significação
a significação é feita pelos sujeitos
é mediada pela linguagem
pode produzir conhecimento
diz respeito a um grupo étnico
etnia contém elementos históricos e culturais
afirmação da história e cultura de uma etnia

Os enunciados acima construídos, de forma objetiva, carregam fortes elementos subjetivos. São constituídos por elementos que articulam a estruturação unitária da informação etnicorracial e o resultado da compilação destes enunciados é o conceito geral da informação etnicorracial mediante os artefatos linguísticos.

Na Teoria do Conceito, os elementos do conceito são identificados como características cuja definição é assim proposta: se existem diferentes espécies de objetos e, por consequência, diferentes tipos de conceitos, existem também diferentes tipos de características dos conceitos. Esta tipologia das características depende sempre dos objetos cujos conceitos são constituídos pelas mesmas características (DAHLBERG, 1978). Essa teoria que serve de suporte para nosso empreendimento conceitual, subdivide as características nas tipologias essenciais (necessárias) e acidentais (adicionais ou possíveis) que se subdividem, conforme o mapa conceitual abaixo.

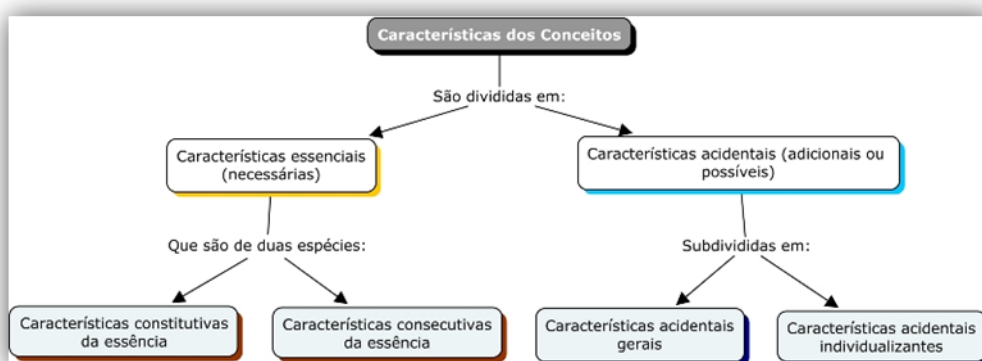


Figura 01: Características dos Conceitos
Fonte: Adaptado de Dahlberg (1978)

Aplicando as estruturas tipológicas da Figura 1 nas proposições predicativas, elaboradas como enunciados sobre o conceito informação etnicorracial, expomos o quadro que segue:

Características essenciais		Características acidentais	
Constitutivas	<ul style="list-style-type: none"> - Ser informação - Passiva de significação - Mediada pela linguagem - Refere-se a uma etnia 	Generais	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade de suportes
Consecutivas	<ul style="list-style-type: none"> - Estar num suporte físico - Significação feita pelos sujeitos - Pode produzir conhecimento - Contem história e cultura de uma etnia 	Individualizantes	<ul style="list-style-type: none"> - Afirma a história e cultura de uma etnia

Quadro 01: Características conceituais aplicadas à informação etnicorracial

Fonte: Dados da Pesquisa

Pelo exposto até aqui, há argumentos suficientes para definir textualmente o conceito de informação etnicorracial. Mas em que consiste uma definição?

Dahlberg argumenta sobre uma série de possibilidades de sentido para a definição de conceitos e a obtenção adequada e correta de conceitos, e elege como consenso:

Seja como for, quaisquer que sejam as opiniões a respeito das definições, consenso no afirmar que as definições são pressupostos indispensáveis na argumentação e nas comunicações verbais e que constituem elementos necessários na construção de sistemas científicos. Por conseguinte, parece hoje mais do que em qualquer outra época necessário fazer todos os esforços a fim de

obter definições corretas dos conceitos, tanto mais que o contínuo desenvolvimento do conhecimento e da linguagem conduz-nos à utilização de sempre novos termos e conceitos cujo domínio nem sempre é fácil manter. A importância das definições evidencia-se também quando se tem em vista a comunicação internacional do conhecimento. (DAHLBERG, 1978, p. 106).

A Teoria do Conceito mostra que toda definição é, de certo modo, uma limitação. Sempre diz respeito à determinação ou fixação de limites de um conceito ou ideia. A delimitação e a fixação não são autoexcludentes. Entretanto, ambas se requisitam mutuamente. É nos conceitos gerais que as definições são necessárias, pois eles necessitam ser bem distinguidos dos demais conceitos objetivando fazer referência a objetos com delimitação adequada e clara (DAHLBERG, 1978).

Mas concretamente o que é informação etnicorracial? Com base nos argumentos discutidos neste texto, conceituamos informação etnicorracial como sendo todo elemento inscrito num suporte físico (tradicional ou digital), passivo de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, tendo o potencial de produzir conhecimento sobre os aspectos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva de sua afirmação na diversidade humana.

Operacionalmente, o conceito de informação etnicorracial incorpora dois aspectos: um objetivo e um subjetivo. O primeiro diz respeito aos conteúdos disponibilizados nos diversos suportes informacionais. O segundo refere-se ao potencial de produção de conhecimento acerca dos fundamentos sociais, históricos, políticos e culturais de um grupo étnico.

Com base na construção do conceito de informação etnicorracial, podemos aplicá-lo aos diversos grupos étnicos. Assim sendo, privilegiaremos a aplicação dessa informação na etnia africana e afrodescendente de modo que possa contribuir para a realização de novos estudos e pesquisas sobre afrodescendência, fornecer substratos para a formulação de políticas públicas de informação que visem eliminar o preconceito, a discriminação e o racismo e criar mecanismos para a reparação histórica experimentada pelos africanos por mais de três séculos de escravismo no seio das relações sociais brasileiras (AQUINO, 2008b).

O conceito de informação etnicorracial aplicado à afrodescendência permite-nos dizer que engloba a documentação legal, os textos didáticos, os manifestos, bibliografias, iconografias, todo material informacional visual e não-visual – oral, escrito, digital – oriundo do Governo, das Universidades, das Secretarias Municipais e Estaduais, das ONGs, Movimento Negro, Museus, Arquivos, Centros de Informação etc, produzido com vistas à promoção da igualdade racial na

sociedade brasileira e, dentre outras políticas, que tratam e regulam as relações étnicas baseadas na diversidade humana.

Considerações finais

A elaboração do conceito de informação etnicorracial, à luz de um diálogo interdisciplinar, per se, abre um espaço de investigações no campo da Ciência da Informação como área de produção do conhecimento científico a partir de possíveis correlações deste conceito aos diversos suportes, mídias, estratégias de geração, produção, acesso e uso da informação, bem como estudos sobre a informação etnicorracial nas diversas fontes e canais informacionais.

Considerando os resultados apresentados neste estudo, concordamos com Aquino (2005) quando a autora argumenta que revolução tecnológica abriu um leque de possibilidades para a criação de hardware e software aplicáveis à educação. Portanto, é necessário criar estratégias que visem à inclusão digital/social/racial de aprendentes, ensejando a sua efetiva participação e familiaridade com as tecnologias da informação e comunicação. É notório que as políticas educativas e informacionais voltadas para essa questão no presente século dificilmente oferecem oportunidades substantivas para alterar o cotidiano individual ou coletivo dos sujeitos educativos no que se refere ao acesso e uso adequado da informação.

No processo de construção do conceito de informação etnicorracial, tivemos certa dificuldade de levantar, na literatura nacional e internacional, uma discussão filosófica que subsidiasse este empreendimento teórico. Dentre os achados teóricos que tratavam da construção de conceitos, adotamos a Teoria do Conceito de Dahlberg (1978) que possibilitou a construção do conceito de informação etnicorracial de forma sistematizada, sem negligenciar a adoção de os pressupostos filosóficos que fundamentaram esse processo.

Expomos aqui nossa pretensão de não esgotar a discussão sobre as temáticas abordadas por este estudo, mas, ao contrário, usar as discussões aqui empreendidas para suscitar outras investigações científicas, sobretudo na área da Ciência da Informação que, através dos eventos promovidos pela ANCIB/ENANCIB, vêm acolhendo trabalhos que abordam gradativamente as questões de pesquisa que abrangem temáticas específicas. Ao que parece, aumenta o entendimento de que na CI a informação e o conhecimento são elementos preponderantes para a

resolução de diversos problemas históricos relacionados às questões sociais, etnicorraciais, de gênero, geracionais e outras. Também eleva-se a tomada de consciência dos pesquisadores desse campo científico em relação a sua responsabilidade ético-social para com os grupos sociais.

Artigo recebido em 27/07/2012 e aprovado em 22/08/2012.

Referências

AQUINO, Mirian de Albuquerque. O novo status da informação e do conhecimento na cultura digital. *Informação & Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 79-100, jan./abr. 2008b.

BORKO, Harold. Information science: what is it?. *American Documentation*, v. 19, n.1, 1968.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005a.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science: part. I: philosophical aspects. *Journal of Information Science*, v. 2, p.125-133, 1980.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society of Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351-360. 1991. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>> Acesso em: 19 jan. 2010.

CACALY, Serge (Coord.). *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Nathan, 1997. p. 78-81.

CAMINO, Leôncio et al. A face oculta do racismo no Brasil: uma análise Psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2001.

CANDIOTTO, Cesar. Notas sobre a arqueologia de Foucault em as palavras e as coisas. *Revista Filosofia*, v. 21, n. 28, p. 13-28, jan./jun. 2009

CAPURRO, Rafael. *Epistemologia e ciência da informação*. 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 10 maio 2009.

_____; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n.1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, v. 7, n. 2, p. 101-07, 1978.

- DELEUZE, Giles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia*. 2. ed. São Paulo: 34. 2004.
- FARRADANE, Jason. Knowledge, information and information science. *Journal of Information Science*, v. 2, p. 75-80, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FREIRE, Gustavo Henrique. *Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 11 n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006.
- FROHMANN, Bernh. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Alberta. *Electronic proceedings...* Disponível em: <http://www.cais-acsi.ca/proceedings/1995/frohmann_1995.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, v. 22, n. 3, p 217-222, set./dez. 1993.
- _____. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v.1.n. 6, dez. 2000.
- HAYES, Robert Mayo. Information science education. In: ASSOCIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS AMERICANAS. *ALA World Encyclopedia of Library and Information Science*. Chicago: American Library Association. 1986.
- HEYLIGHEN, Francis; JOSLYN, Cliff; TURCHIN, Valentin. *Web dictionary of cybernetics and systems*. 1996. Disponível em: <<http://pespmc1.vub.ac.be/ASC/INFORMATION.html> > Acesso em: 01 fev. 2010.
- HJØRLAND, Bijer. *Information seeking and subject representation: an activity-theoretical approach to information science*. New York: Greenwood Press, 1997.
- _____. Domain analysis in information science: eleven approaches traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathleen S. *Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. *Caderno de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas*, n. 73, p. 3-22, 2005.
- LOCKE, John. *Ensayo sobre el entendimiento humano*. México: FCE, 1956.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas de informação gerenciais: estratégias, táticas, operacionais*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. *Morpheus*, v. 2, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cead/morpheus/Numero04-2004/lpinheiro.htm>>. Acesso em: 07 jan. 2010.

PRYTHERCH, Ray. *Harrod's librarian's glossary of terms used in librarianship, documentation and the book crafts*. 7th ed. Hampshire: Gower, 1990.

ROBREDO, Jaime. *Da ciência revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus. 2003.

RUYER, Raymond. *A cibernética e a origem da informação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. *The mathematical theory of communication*. Chicago: University of Illinois Press, 1949.

SHERA, Jesse H; CLEVELAND, Donald B. History and foundations of information science. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 12, p. 249-275, 1977.

WERSIG, Gernot. Information theory. In: FEATHER, J.; STURGES, P. (Ed.). *International encyclopedia of library and information science*. London: Routledge, 1996.

_____; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. *The Information Scientist*, v. 9, n. 4, 1975.

WILDEN, Anthony. Informação. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi: comunicação: cognição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001. v. 34.

WILSON, John. *Pensar com conceitos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZEMAN, Jirí. Significado filosófico da noção de informação. In: _____. *O conceito de informação na ciência contemporânea*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. Colóquios Filosóficos Internacionais de Rauaumont.